

**ção O BRASIL COLONIAL** reúne autores nacionais e estrangeiros que áreas de pesquisa da sociedade da América lusa ainda pouco visitadas pela brasileira. Os artigos apresentados pretendem dar ao leitor uma ideia do diferentes temas do que estamos denominando América lusa profunda. Serão as também há capítulos que experimentam fontes e métodos novos para velhos escritos sobre objetos pouco explorados. Tudo pensado de forma a permitir visões teóricas.

O volume abrange o período de cerca de 1580 a 1720. Entre os temas tratados, a América em meio à dinâmica do império ultramarino luso. Da mesma forma, a de uma sociedade estamental de Antigo Regime, baseada na escravidão e idendo, assim, que tal sociedade tinha no catolicismo ibérico, no serviço à a de autogoverno dos municípios alguns dos seus princípios de organização

2

1580-1720

Coleção **O BRASIL COLONIAL**

JOÃO FRAGOSO &  
MARIA DE FÁTIMA GOUVÊA

**PARTICIPAM DESTA EDIÇÃO:**  
 Pedro Cardim & Susana Münch Miranda • Francisco Carlos Cosentino  
 do Socorro Ferraz • Ronaldo Vainfas • Carla Almeida & Mônica Ribeiro  
 chwartz • Antônio Carlos Jucá • Diogo Ramada Curto • Ronald Raminelli  
 nanda Bicalho & Maria de Fátima Gouvêa • Marília Nogueira dos S.



LIVRO PREMIADO  
 2015  
**57 JABUTI**  
 Câmara Brasileira do Livro

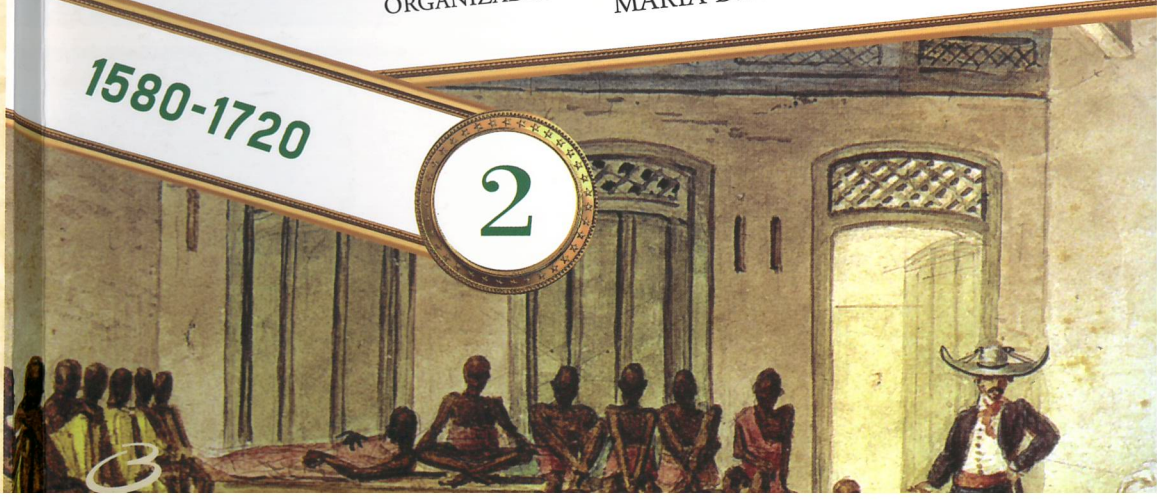
Coleção **O BRASIL COLONIAL**



ORGANIZADORES: JOÃO FRAGOSO &  
MARIA DE FÁTIMA GOUVÊA

1580-1720

2





- PRICE, Jacob M. "Credit in the Slave trade and plantation economies", *Slavery and the Rise of the Atlantic System*. SOLOW, Barbara L. (ed.), Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- PUDSEY, Cuthbert. *Journal of a Residence in Brazil*. In: PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins (eds.), Série Dutch Brazil, 3 vols., Petrópolis: Petrobras, 2000.
- PUNTONI, Pedro. *A mísera sorte. A escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico sul, 1621-1648*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- REIS DE QUEIROZ, Suely Robles. "Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial". *Anais do Museu Paulista*, v. 21 (1967).
- SCHALWIJK, Frans Leonard. "Atas da Classe". In: *A igreja reformada no Brasil holandês*, RIAHGP, v. 58 (1993), p. 145, 168, 172, 178.
- SCHWARTZ, Stuart B. "Free Labor in a Slave Economy: The lavradores de cana of Colonial Bahia". In: *Colonial Roots of Modern Brazil*, ALDEN, Dauril (ed.), Berkeley: University of California Press, 1973, p. 147-97.
- \_\_\_\_\_. "The Plantations of St. Benedict: The Benedictine Sugar Mills in Colonial Brazil", *The Americas*, v. 39:1 (1982).
- \_\_\_\_\_. "Indian Labor and New World Plantations: European Demands and Indian Responses in Northeastern Brazil", *American Historical Review*, v. 83, n° 3 (1978), p. 43-79.
- \_\_\_\_\_. *Segredos*, p. 67-73.
- \_\_\_\_\_. *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society Bahia, 1550-1835*. Nova York: Cambridge University Press, 1985.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, 4ª ed., São Paulo, 1971.
- STOLS, Eddy. "Um dos primeiros documentos sobre o Engenho dos Schetz em São Paulo", *Revista de História*, v. 33 (1968), p. 405-419.
- \_\_\_\_\_. "Um dos primeiros documentos sobre o engenho dos Schetz em São Vicente", *Revista de História* v. 76 (1968), p. 407-420.
- \_\_\_\_\_. *De Spaanse Brabanders of de handelsbetrekkingen der Zuidelijke Nederlanden met de Iberische Wereld, 1589-1648*, 2 vols. Bruxelas: Paleis der Academiën, 1971.
- DUSSEN, Van Der. "Relatório sobre o Estado das Capitanias Conquistadas no Brasil", FNBH, I, p. 93-96.
- WATJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, 1938.

## CAPÍTULO 7 Fluxos e refluxos mercantis: centros, periferias e diversidade regional

Antônio Carlos Jucá de Sampaio\*

### A viragem Atlântica

No início do século XVII, Brandônio, alter ego de Ambrósio Fernandes Brandão, afirmava que "o Brasil é mais rico e dá mais proveito à fazenda de Sua Majestade, que toda a Índia".<sup>1</sup> Para fazer tal afirmação baseava-se tanto no crescimento da produção açucareira quanto das demais riquezas da América portuguesa, que significavam rendimentos igualmente crescentes das alfândegas do rei. A essa imagem contrapunha, por outro lado, os gastos crescentes que o Estado da Índia representava para a Coroa.

Brandônio não se enganava. É ao longo da segunda metade do século XVI que o Brasil "surge" no contexto do Império português e passa a rivalizar com o Estado da Índia pela atenção da monarquia portuguesa.<sup>2</sup> Com a criação do governo geral a colonização ganha terreno. Ao mesmo tempo aumenta rapidamente a produção açucareira e com ela a produção

\*Professor adjunto da UFRJ. Esta pesquisa contou com o apoio do CNPq.



de cativos, tanto pela captura de índios quanto pelo tráfico atlântico. Os colonos, que talvez fossem dois mil na década de 1540, passam a 25 mil por volta de 1583, com uma população escrava de 32 mil. Em 1600, os colonos subiam a 30 mil, e os escravos, a 70 mil. Esse crescimento continuaria no século XVII. Em 1660, a população colonial seria de 184 mil pessoas, das quais 74 mil seriam "brancos e índios livres" e 110 mil seriam escravos.<sup>3</sup>

O número de engenhos de açúcar cresce igualmente rápido. De aproximadamente 60 em 1570, eles passaram a 130 em 1585, 230 em 1610 e 346 em 1629. Uma expansão de mais de 470% em pouco mais de meio século.<sup>4</sup> Além disso, o comércio de Portugal com o Brasil não estava organizado como um monopólio da Coroa, ao contrário do comércio da Índia, o que abria espaço para uma maior participação de mercadores privados, além de significar a ausência de gastos com a manutenção de frota.

Essa expansão tinha reflexo, naturalmente, nas relações com a África. O tráfico de escravos para a América portuguesa cresce de uma média de modestos 222 cativos por ano entre 1531 e 1575 para 1.600 no período 1576-1600, quatro mil na primeira metade do século XVII e 7.200 na segunda metade.<sup>5</sup> Nesse contexto, a fundação de Luanda (1575) significou um autêntico enraizamento dos interesses negreiros lusos no continente, o que converteu Angola, não por acaso, na principal região fornecedora de cativos para a América.

O outro lado da moeda a contribuir para essa viragem era a profunda decadência da Carreira da Índia. De um máximo de 138 navios que saem de Lisboa em direção à Ásia em 1500-09 passa-se a 51 em 1550-59, 16 em 1630-35 e tão somente nove em 1661-66. Essa evolução era afetada tanto pelas enormes perdas da Coroa portuguesa na Ásia nos Seiscentos quanto pela preferência que os próprios portugueses davam ao comércio interno asiático em detrimento da rota do Cabo.<sup>6</sup> Para que se tenha uma ideia, somente de um oitavo a um décimo da produção de especiarias era enviado à Europa.<sup>7</sup> A essa situação somava-se a crescente incapacidade do Estado da Índia de equilibrar suas contas:

Todos os novos vice-reis, desde o conde de Redondo em 1617, até o conde de Aveiras, em 1640, se queixavam à chegada em Goa, veementemente, de que o tesouro estava vazio e de que não havia fundos para acorrer às necessidades mais prementes do Estado. Frequentemente a administração de Goa era incapaz de satisfazer as despesas de rotina com as receitas locais regulares, assoberbada pelas necessidades de defesa extraordinárias.<sup>8</sup>

A viragem atlântica, ou, se quisermos assim chamar, a atlantização do Império lusitano, foi, portanto, um processo de dupla face: a um crescimento contínuo da América e da África portuguesas correspondeu uma concomitante crise no Estado da Índia, sem que um fato esteja diretamente ligado ao outro.

Mas a análise desse processo não estaria completa se tratássemos aqui somente das relações entre as conquistas de Portugal. As relações entre o Reino e o seu ultramar também se alteram com o passar do tempo e com especial intensidade no século XVII. O mesmo século que assiste à rápida expansão demográfica e econômica do Brasil testemunha igualmente a estagnação reinol. Em termos demográficos, Portugal apresenta um crescimento próximo de zero ao longo de cem anos, com a ocorrência periódica de epidemias que elevavam a mortalidade a níveis alarmantes.<sup>9</sup> Além disso, de 1641 a 1665 há a guerra com a Espanha a ceifar vidas.

Em relação à economia portuguesa, não há dados globais que permitam estabelecer tendências com segurança. Mesmo assim, é possível falar, na melhor das hipóteses, numa clara estagnação. Na agricultura, as fontes quinhentistas e seiscentistas ressaltam com insistência a presença de terrenos incultos na paisagem, sintoma de uma agricultura ainda baseada no pousio.<sup>10</sup> Permanecia também a forte dependência da importação de alimentos para atender às necessidades internas. No caso do Algarve, Joaquim Romero identifica três fases bem marcadas: 1) uma depressão entre 1618 e 1638; 2) um "marasmo" entre 1639-70; e 3) uma ascensão a partir daí, mas que só vai adquirir verdadeiro vigor entre 1690 e 1710.<sup>11</sup>

No que concerne à produção manufatureira, os dados são ainda mais imprecisos, mas não há qualquer evidência que indique crescimento



significativo dessa ao longo da centúria. Pelo contrário, o aumento da importação de artigos industriais estrangeiros após a Restauração levou a Coroa portuguesa a promulgar diversas leis pragmáticas visando limitar essas mesmas importações.<sup>12</sup> Toda essa estagnação significava uma dependência cada vez maior do ultramar. E ultramar era cada vez mais sinônimo de Brasil.

Após a Restauração, a importância do Brasil tornou-se ainda maior para a sobrevivência da nova dinastia. Em meados dos Seiscentos, D. João IV referia-se ao Brasil como a “vaca de leite” da Coroa portuguesa, ressaltando, assim, a forte dependência que a própria existência de Portugal como nação independente guardava em relação aos recursos auferidos no comércio com o Brasil.<sup>13</sup> Essa dependência fazia-se ainda maior com o passar do século, por conta do imenso recuo das possessões lusas no Oriente no período 1610-65. A atlantização do Império português não pode ser vista, portanto, somente como uma alteração na importância relativa das suas áreas periféricas. Mais do que isso, ela significa uma redefinição das relações entre o reino e seu ultramar.

Pode-se considerar que o processo se completa quando os fluxos do Atlântico passam a influenciar decisivamente as relações entre o Estado da Índia e o reino de Portugal. Isso se dá sobretudo a partir de 1672, quando a Coroa autoriza o comércio de suas possessões atlânticas com a África Oriental. Na prática, tal concessão significava a liberdade de comércio com os navios da Carreira. Essas embarcações, além de vender na América os produtos orientais que traziam, embarcavam também açúcar para ser levado a Lisboa. O resultado foi uma relativa recuperação da Carreira, com o crescimento tanto do número de navios quanto da tonelagem transportada.<sup>14</sup>

O porto brasileiro [Salvador] permitiu assim, através do seu movimento, que a navegação ao longo do roteiro do Oriente continuasse, pois seu declínio era crítico, dando a Vieira aquela perplexidade que não lhe consentia rir ou chorar, como nos confessa ao referir-se à debilidade do mesmo comércio.<sup>15</sup>

### As conjunturas do açúcar

Durante muito tempo foi consensual a visão do século XVII como marcado, no que tange à América portuguesa, por duas conjunturas econômicas distintas: uma primeira metade de considerável crescimento, com a consolidação da colonização tendo por base a expansão da produção açucareira e do tráfico de escravos, e uma segunda metade marcada por uma crise agrícola, fruto do surgimento da competição antilhana no mercado do açúcar e da conseqüente baixa dos preços internacionais do produto.<sup>16</sup> Essa visão aparece de forma razoavelmente semelhante em diversos autores, embora com algumas nuances dignas de nota. Para Boxer, por exemplo, a crise agrícola é fundamentalmente uma crise de preços, e não de produção. É ele mesmo quem cita Thomas Maynard, que em 1683 refere-se às “espantosas quantidades” de açúcar brasileiro que chegavam a Lisboa<sup>17</sup> e daí eram reexportadas. Mais ainda, para ele essa crise pode ser localizada nas décadas de 1670 e 1680 e não altera a tendência secular de crescimento demográfico e econômico da América portuguesa.<sup>18</sup>

Para Frédéric Mauro, por sua vez, a crise açucareira teria início ainda depois:

Até a crise da década de 1680 a tendência secular da produção brasileira de açúcar foi de alta, o que é particularmente notável, já que se exclui o Brasil holandês dessa consideração. Ademais, frente ao modelo geral de depressão do século XVII, a abundância e o crescimento da produção não afetaram o movimento dos preços do açúcar, que também estavam em alta, assim como o preço dos escravos. A crise do século XVII não afetou seriamente o Brasil até por volta dos finais do século.<sup>19</sup>

A crise econômica, que de fato é uma crise açucareira, surge, portanto, como conseqüência de uma crise europeia seiscentista, mas sem demonstrar nos Seiscentos qualquer grau de dramaticidade. No entanto, na década de 1980 vieram à luz dois trabalhos que tentaram definir as



conjunturas da economia açucareira a partir do uso de fontes seriais e que mudaram essa percepção: os de Stuart Schwartz e de Vera Ferlini.

Ao debruçar-se sobre as conjunturas do comércio do açúcar no período entre 1650 e 1750, Schwartz<sup>20</sup> caracterizou-o como um momento de crise para a produção açucareira devido a diversos fatores, notadamente a concorrência antilhana e a queda dos preços no mercado internacional. Na primeira metade do século XVIII, esse quadro seria agravado pelo advento da mineração, que geraria uma disputa predatória (para o açúcar) pela mão de obra cativa, com a consequente elevação dos preços.

O trabalho de Vera Ferlini,<sup>21</sup> por sua vez, é em grande medida tributário do de Schwartz, já que a maior parte dos dados mais globais por ela utilizados é retirada desse autor. Para Ferlini, o período 1650-1750 é marcado por uma *regressão secular* da produção açucareira, havendo na segunda metade do século XVIII, um *renascimento agrícola* (na verdade, trata-se de um renascimento do setor açucareiro). Para a autora, no entanto, mais do que a concorrência antilhana, foi a queda do preço do açúcar a causa principal dessa regressão. Ambos reconhecem a existência de conjunturas favoráveis de curta duração, as quais, no entanto, são vistas como incapazes de alterar a tendência mais geral.

Não seria impreciso afirmar que esses dois autores tendem a pintar com tons fortes um quadro que nos trabalhos anteriores surge com cores bem mais matizadas. Se em Boxer e Mauro a crise é entendida como restrita aos preços, e não como uma crise da atividade açucareira em si, para Schwartz e Ferlini há uma relação estreita entre preço e nível de produção. Tudo se passa como se o simples fato de os preços do açúcar baixarem significasse *necessariamente* uma diminuição da produção. Ilação no mínimo curiosa, já que não há dados sobre produção ou sobre exportação que corroborem o quadro pintado por ambos. No trabalho de Schwartz, por exemplo, encontramos estimativas até 1629-30 e, no parágrafo seguinte, o autor pula para 1702.<sup>22</sup> A razão é a falta de fontes que permitam esse tipo de estimativa para o período.

Ambos acabam por se utilizar de informações esparsas para reforçar o argumento. Um exemplo é a utilização por Ferlini dos dados do

engenho Sergipe do Conde (velho fetiche dos historiadores ligados à história do Nordeste colonial) sem apresentar quaisquer justificativas para a extrapolação feita dos dados de um único engenho para o conjunto da economia açucareira colonial.<sup>23</sup> Outra é a utilização das reclamações dos senhores de engenho como indício da crise.<sup>24</sup> Seria necessário provar que tais reclamações estão diretamente ligadas às conjunturas, ou seja, que elas aumentam em certos momentos e diminuem em outros, por exemplo. De fato não é isso o que acontece. O endividamento dos senhores de engenho e a consequente “desfabricação” dos engenhos, sempre tão citados como sintomas dessa crise, são um traço estrutural da economia açucareira. Estão ligados tanto ao ciclo açucareiro (e agrícola em geral) quanto ao caráter altamente mercantilizado da economia colonial.<sup>25</sup>

O caráter cíclico da produção açucareira gerava um descompasso entre as necessidades cotidianas de insumos e alimentos para as unidades produtivas (inclusive escravos) e a capacidade dessas de gerar rendimentos, que estava limitada ao período das safras.<sup>26</sup> Esse descompasso era parcialmente compensado pelo sistema de contas-correntes, em que o comerciante adiantava para o produtor as mercadorias ou mesmo o dinheiro de que esse necessitava, em geral em troca de sua safra futura. Mesmo assim, não impedia uma dependência dos senhores de engenho (e lavradores em geral) frente aos comerciantes. Evidentemente esse quadro gerava tensões entre os dois grupos, mas nada indica que essas tivessem aumentado na segunda metade dos Seiscentos. Por fim, o clamor da açucarocracia por proteção para as suas moendas inseria-se em um contexto muito mais amplo de negociações entre as elites coloniais e a Coroa, como veremos adiante.

Por outro lado, a utilização do preço como índice da evolução econômica é extremamente questionável. Um bom número de preços relativos a um setor pode falar-nos de sua lucratividade, capacidade de acumulação etc., mas não de seu comportamento frente às conjunturas. Para isso, é necessário que cruzemos tais dados com outras variáveis que



nos permitam conhecer minimamente o comportamento da produção. É Pierre Vilar quem nos lembra que

mesmo que estivesse definitivamente resolvido o enigma dos “movimentos gerais dos preços”, este *apenas forneceria uma indicação sobre o comportamento provável das outras grandezas econômicas em diversos grupos* [o grifo é nosso].<sup>27</sup>

No caso específico da América portuguesa, é evidente que desconhecemos os “movimentos gerais dos preços”, o que demonstra a total impossibilidade de derivarmos, a partir do comportamento de alguns desses valores, as conjunturas econômicas do período.

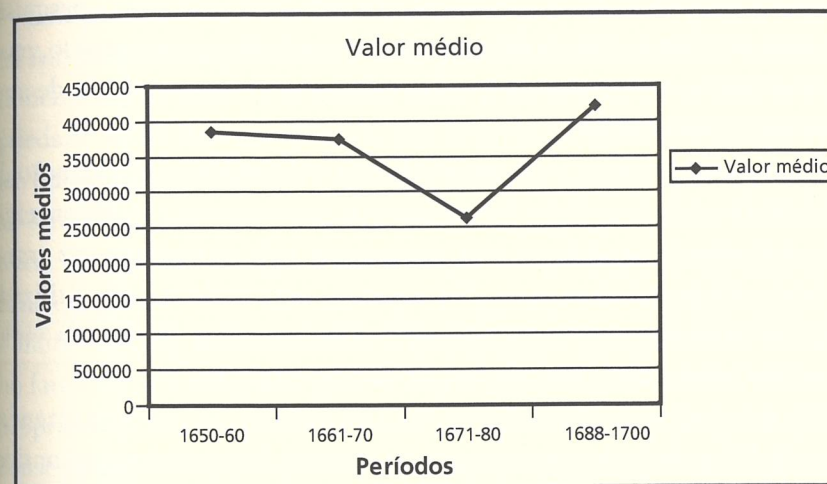
Além disso, nem todos os preços se comportam como Schwartz e Ferlini esperariam. É curioso notar que a diminuição do preço do açúcar na segunda metade do século XVII não se reflete nos preços dos engenhos. Pelo contrário, eles tendem a subir, o que revela tanto o apreço que essa sociedade colonial tinha por suas moedas (ou, o que quer dizer o mesmo, a importância dessas moedas para a definição das hierarquias sociais) quanto a sua autonomia frente às conjunturas externas. Na Bahia, o preço médio de um engenho com 30 cativos sobe de 20 mil cruzados (8:000\$000) para mais de 26 mil cruzados (em números exatos: 10:451\$220) entre 1660 e o final do século, uma alta de mais de 30%.<sup>28</sup>

No Rio de Janeiro, essa trajetória é menos brilhante, como podemos ver à frente, mas mesmo assim é contrária ao que se poderia esperar no contexto de uma suposta crise açucareira. Entre 1650 e 1700, o preço médio de um engenho de açúcar aumenta 9,55% na capitania fluminense. A única queda clara é para a década de 1670, a qual pode indicar uma crise de curta duração ou ser apenas o efeito de uma amostra muito reduzida, já que para esse período há apenas cinco vendas de engenho cujos preços foi possível recuperar.

Ou seja, o preço declinante do açúcar não se reflete num preço igualmente declinante das unidades que produziam esse mesmo açúcar.

Loucura dos homens ou sabedoria de Deus? Nem uma coisa nem outra. Essa sociedade simplesmente não se rege pelas leis do mercado. Mais ainda, nela o engenho não é só um bem econômico. É também fator de prestígio e poder político, sinônimo de acesso a escravos. Tudo isso contribuía para que a sociedade colonial não se movesse (ou melhor, fosse movida) pelo preço do açúcar.

É marcante também a importância que as transações de engenhos tiveram durante todo o período no conjunto dos negócios fluminenses. Se olharmos apenas para os negócios rurais, encontramos os engenhos respondendo sempre por pelo menos 70% do valor total transacionado. Se ampliarmos nosso foco para o total dos bens transacionados, veremos que sua participação variou de 30% em 1650-70 para 43% na última década dos Seiscentos, atingindo o incrível índice de 61,5% entre 1671 e 1690.



Fonte: Escrituras públicas de compra e venda dos Cartórios do 1º e 2º Ofícios de Notas do Rio de Janeiro (1650-1750).

Por fim, se utilizarmos os esparsos dados disponíveis sobre a produção de açúcar e o número de engenhos no período colonial coligidos pelo próprio Schwartz, veremos como eles se chocam com a interpretação dada pelo autor.<sup>29</sup> Tendo em vista a ideia de uma decadência geral na



segunda metade do XVII, poderíamos esperar encontrar uma produção e um número de engenhos bem menores do que os de períodos anteriores. Entretanto, se acompanharmos Antonil, nos deparamos com um quadro muito distinto. A Bahia, por exemplo, que teria talvez 130 engenhos no Recôncavo em 1675, tinha 146 em 1710. O Rio de Janeiro, com 60 engenhos em 1629, tinha 136 oito décadas depois. Pernambuco passaria de 119 engenhos em 1622 para 246 no início do XVIII. Na década de 1660, quando supostamente a crise açucareira já estaria instalada, os senhores de engenho baianos pedem a limitação da construção de novas moendas alegando não uma crise do setor, mas a concorrência crescente pelo fornecimento de cana e pela madeira, matéria-prima essencial para a produção do açúcar. Porém, somente duas décadas depois a Coroa decide limitar não a expansão dos engenhos, mas a distância entre eles, visando reduzir a competição pelos recursos naturais.<sup>30</sup>

Esse conjunto de dados, mercedores sem dúvida de novas pesquisas que aprofundem nosso conhecimento das conjunturas do período, revela, no entanto, uma pujança que permite refutar de vez a ideia de uma decadência seiscentista.

Parte dessa pujança pode ser explicada pela própria organização do setor açucareiro. Essa tinha por centro o engenho, para o qual convergia toda a estrutura produtiva. Isso porque era nele que a cana era transformada no precioso açúcar. No entanto, nem toda a cana utilizada pelos mesmos era cultivada pelo senhor do engenho. Parte dela vinha de outros produtores, vinculados ou não ao engenho.

Em um nível social e produtivo mais elevado situavam-se as fazendas de cana. Essas eram de grande importância, pois forneciam parte considerável da cana-de-açúcar que era moída nos engenhos, diminuindo, assim, os gastos dos proprietários com plantações e escravos e garantindo-lhes fornecimento constante de matéria-prima. Podiam possuir dimensões consideráveis e as maiores fazendas assemelhavam-se a engenhos sem o engenho propriamente dito.<sup>31</sup>

Esses fazendeiros, por serem proprietários das terras em que plantavam, eram independentes em relação aos senhores de engenho, o que

lhes permitia escolher onde moeriam sua cana. No entanto, independentemente de qual fosse a escolha, eles eram obrigados a entregar 50% do açúcar daí resultante para o proprietário da moenda.

Abaixo desses fazendeiros estavam os “lavradores de cana obrigada” ou “lavradores de partido”. Ao contrário dos primeiros, esses plantavam cana em terras dos engenhos, o que lhes tirava a possibilidade de escolher onde desejavam moê-la (daí a expressão “cana obrigada”) e eram em geral proprietários de poucos escravos. Além disso, na Bahia esses agricultores eram obrigados a entregar, além dos 50% do açúcar produzido, mais um terço ou um quarto da metade que lhes cabia,<sup>32</sup> como pagamento pelo uso da terra. A existência de uma verdadeira renda fundiária era possível porque já no início do século XVII toda a área canavieira do recôncavo estava apropriada e a única forma de acesso à terra era a compra ou o arrendamento.<sup>33</sup>

Esse quadro não pode ser, no entanto, generalizado para o restante da América portuguesa. No Rio de Janeiro, as fazendas de cana praticamente inexistiam.<sup>34</sup> Em grande parte porque não era vantajosa a propriedade delas. Ao contrário do que ocorria na Bahia, os lavradores de partido eram aí obrigados a entregar somente 50% do açúcar produzido ao senhor do engenho, sem que houvesse qualquer renda pelo uso da terra. Em outras palavras, o elemento de subordinação dos lavradores de cana em relação ao senhor de engenho na capitania fluminense não era o monopólio da terra, mas sim o das próprias moendas. Isso fica claro no fato de que a terra não gerava, por si só, qualquer rendimento ao seu proprietário. Ela era utilizada como mecanismo de atração para que esse conseguisse lavradores que lhe fornecessem matéria-prima, repartindo, assim, os custos inerentes à produção de um engenho. Nessas condições, não havia qualquer benefício na produção de canas em terras próprias, já que o pagamento feito ao senhor de engenho seria rigorosamente igual ao daqueles que produziam dentro das terras do engenho. Com a vantagem, para o dono de um partido, de ter a garantia de que sua cana seria beneficiada. Essa inexistência de uma renda fundiária ligava-se a uma menor monopolização da terra por parte da elite agrária fluminense.



Diferenças à parte, ambos os casos nos mostram que a hegemonia do engenho no setor açucareiro não só não impedia como até mesmo contribuía para a presença de outros grupos no seu interior. Visava-se, assim, reduzir custos e riscos de uma atividade marcada pela instabilidade. Por outro lado, a separação parcial entre produção de cana e produção de açúcar possibilitava a participação de setores numerosos no complexo açucareiro. As consequências imensas desse fato ligavam-se não só às suas repercussões econômicas como também políticas, gerando um forte consenso social em torno de tudo que se relacionasse ao mesmo. Na sociedade colonial, o açúcar não era, definitivamente, assunto restrito apenas aos mais abonados.

#### Muito além de açúcar e escravos: o mosaico agrícola da América portuguesa

Se os dados demonstram a grande importância que o açúcar possuía para a economia e a sociedade coloniais, isso não significa dizer que tal sociedade se resumia a açúcar e escravos ou, na expressão consagrada de Caio Prado Júnior, ao trinômio “latifúndio, monocultura e escravidão”.<sup>35</sup> Por outro lado, rotular todas as atividades não açucareiras como “subsidiárias”, como se dependessem umbilicalmente do “produto-rei” e por isso gravitassem em torno dele, também está longe de resolver a questão.

É evidente que o complexo açucareiro (entendido aqui como o conjunto dos senhores de engenho e plantadores de cana) gerava uma enorme demanda por uma série de produtos, muitos importados (a começar pelo escravo) e outros produzidos localmente (entre os quais os alimentos eram os mais importantes). No entanto, mais do que gerar uma demanda por produção de alimentos, o setor açucareiro pressupunha uma economia interna pujante, capaz de atender às suas necessidades básicas e, com isso, permitir-lhe a especialização. Um exemplo claro do que poderíamos denominar de uma autêntica interdependência pode ser encontrado em

um episódio um pouco posterior ao período aqui estudado: trata-se da determinação régia, conhecida como “lei da mandioca”, que, em 1703, tentou obrigar os senhores de engenho e lavradores de cana a plantarem 500 covas de mandioca por escravo.<sup>36</sup> Na Bahia, a forte reação dos atingidos demonstrou o quanto o sistema açucareiro era dependente do mercado interno, ou seja, da existência de um setor especializado na produção alimentar que desonerasse tais grupos de atividade tão pouco rentável.<sup>37</sup>

Tal especialização era possível porque havia na capitania diversas freguesias especializadas na produção de alimentos, sendo possível apontar a existência de três “círculos” de produção de farinha de mandioca.<sup>38</sup> O primeiro constituía-se de freguesias próximas a Salvador (Nazaré das Farinhas, Jaguaripe e Itaparica), com um raio de até 200km. O segundo círculo era formado pelas “vilas de baixo”, com as freguesias de Cairu, Boipeba, Camamu, Valença e Maraú, com um raio de até 400km. O último era constituído por Ilhéus e a vila do Una, já com um raio de mais de 500km. Esse era um esquema variável ao longo do tempo e a relativa especialização não significava a presença de uma monocultura:

Embora, e aí sem a menor dúvida, a mandioca fosse em toda a região o gênero dominante, ocorria a produção significativa de outros gêneros. Assim, antes de 1750 o feijão e o milho aparecem com frequência ao lado da farinha de mandioca, enquanto após esta data o arroz surge como uma grande riqueza local.<sup>39</sup>

Em Pernambuco, esse quadro aparentemente se repete, embora não tenhamos para essa capitania um estudo tão minucioso quanto o de Francisco Carlos Teixeira. Mesmo assim, é possível identificar pelo menos duas importantes áreas produtoras de mandioca entre o final dos Seiscentos e início do século seguinte. A primeira, mais longínqua, constituída pelas freguesias de Santo Antônio, São Lourenço e Tracunhaem. A segunda, inserida na principal região açucareira da capitania, englobava as freguesias de Ipojuca, Serinhaem, Muribeca e Cabo.<sup>40</sup>



Na capitania do Rio de Janeiro essa produção alimentícia mostra-se ainda mais importante. Nesse sentido, é ilustrativa a reação do então governador fluminense, Álvaro da Silveira e Albuquerque, bem como da Câmara, à “lei da mandioca” citada acima. Para ambos havia “uma notória diferença que vão das terras da Bahia às do Rio de Janeiro”.<sup>41</sup> Segundo eles, na capitania fluminense

(...) é certo que as mandiocas de que se sustentam, e as que lhes bastam, e muitas vezes sobram, todas se plantam no recôncavo desta mesma cidade e pelos rios acima: Aguaçu, Inhomirim, Morobaí, Magé, Sernambetiba, Guapiaçu, Suruí e Macacu, em que se costumam comumente (*sic*) lavar mandiocas, de cujas terras são possuidores vários donos, e nelas não há engenhos que prejudiquem as suas plantas e delas trazem a esta cidade farinha em tanta quantidade e abundância que sustenta o povo largamente e de fácil provimento as frotas sem demora, nem detrimento, por serem dilatadas as terras desses rios acima citados.<sup>42</sup>

Devemos relativizar a imagem um tanto rósea da produção de mandioca, vinda de uma câmara controlada por senhores de engenho e seus aliados. No entanto, a inexistência de crises de abastecimento severas, que significassem a existência de fomes relativamente endêmicas, está comprovada para o Seiscentos fluminense. Na segunda metade da centúria a capitania atravessou somente duas crises alimentares, sendo apenas uma delas, já em 1697, referente à carência de produtos.<sup>43</sup> Além disso, o fato de que os rios citados acima desaguassem na baía de Guanabara tornava o transporte para a cidade bem menos custoso do que na Bahia, aspecto essencial tanto para a redução dos custos quanto para a segurança do abastecimento.

Também aqui, em que pese a importância da mandioca na dieta alimentar colonial, estamos diante de um sistema agrário diversificado, com uma produção igualmente farta de arroz e milho, além de uma abundância, tanto em quantidade quanto em qualidade, de legumes e frutas.<sup>44</sup> Já em 1583 Fernão Cardim referia-se à disponibilidade e ao baixo custo dos

gêneros alimentícios.<sup>45</sup> O cultivo de frutas cítricas parece ter se difundido bastante rapidamente, a ponto de dois viajantes espanhóis as chamarem, em 1618, de “frutas da terra”.<sup>46</sup> Em 1649, segundo Richard Flecknoe, o limão, “que cresce por toda parte”, era o fruto mais comum, junto com a banana. O poeta inglês apenas suspeitava que laranjas e limões, “abundantes e excelentes”, fossem cultivos transplantados para a América.<sup>47</sup> Essa difusão da citricultura estava fortemente relacionada com o abastecimento dos navios que demandavam o porto carioca, tendo em vista a sua importância no combate ao escorbuto. É significativo, nesse sentido, que a única mercadoria entregue à indesejada frota de Olivier Van Noort, que aí aportou em 1599, tenha sido cerca de 50 laranjas.<sup>48</sup>

Essa produção diversificada era garantida, por sua vez, não só pelas propriedades rurais do recôncavo da Guanabara, mas também pelas chácaras que existiam no entorno imediato da cidade e que se voltavam para o abastecimento dessa. As chácaras produziam mandioca, frutas e legumes e se beneficiavam da proximidade do mercado urbano.<sup>49</sup>

Por conta dessa abundância, sempre sublinhada pelos viajantes que estiveram na capitania ao longo dos Seiscentos, ela viu-se por vezes obrigada a abastecer outras regiões, como a própria Bahia, no contexto das guerras contra os holandeses. É assim, por exemplo, em 1639, quando o Rio, junto com São Paulo e Espírito Santo, enviou alimentos e homens para o Nordeste. O mesmo ocorreu quando, em 1648, durante os preparos da expedição de reconquista de Luanda, Salvador Correia de Sá foi instado a enviar gêneros alimentícios ao sul da Bahia.<sup>50</sup> A partir de 1680 a capitania vê-se obrigada a prover de alimentos a Colônia de Sacramento.<sup>51</sup>

Por fim, parte da produção de farinha de mandioca era destinada, na primeira metade do século XVII, ao tráfico de escravos, fato ao qual a historiografia tem dado pouca atenção. Referindo-se à situação da capitania em 1612, frei Vicente do Salvador afirma que “até aqui se tem prestado mais atenção à exportação da farinha [de mandioca] para Angola”.<sup>52</sup> Também o marinheiro batavo Dierick Ruiters, que aí esteve em 1618, informa que “na região que vai do Rio de Janeiro até



São Paulo (...) a mandioca é abundante. Muitos navios vêm ao porto do Rio de Janeiro buscá-la para trocar por negros em Angola”.<sup>53</sup> Em 1620, a Câmara determinou que aqueles que pretendessem levar a preciosa farinha para trocar por escravos em Angola deveriam deixar fiança, comprometendo-se a trazer escravos para o Rio. Buscava-se evitar, assim, que eles fossem vendidos no Nordeste, onde alcançavam maior preço.<sup>54</sup> Tais fatos apontam para a existência de um circuito mercantil já consolidado, no qual a produção de alimentos tornara-se responsável, em parte, pela própria reprodução do sistema escravista.

Em São Paulo, o sistema agrário, por sua vez, adquiriu feições bastante peculiares. Baseada inicialmente na mandioca e no milho, a produção do planalto de Piratininga desloca-se a partir de 1620 para o trigo.<sup>55</sup> O desenvolvimento desse cultivo é consequência do projeto de D. Francisco de Sousa, que, confiante na descoberta de riquezas minerais na região, pretendia articular mineração, agricultura e manufatura, sustentadas por “uma sólida base de trabalhadores indígenas”.<sup>56</sup> Se falhou na busca por metais preciosos, o projeto pode ser considerado bem-sucedido no que concerne ao apresamento de índios e ao desenvolvimento de uma agricultura comercial. Essa produção tritícola abastecia principalmente o Rio de Janeiro, embora houvesse contatos comerciais também com Bahia, Pernambuco e até mesmo Angola.

A sociedade que se formou no planalto de Piratininga em consequência da triticultura mostrou-se profundamente desigual. A posse de escravos indígenas, embora bastante difundida, concentrava-se em poucas mãos. Da mesma forma, a propriedade de moinhos hierarquizava os produtores de trigo. Repetia-se aqui, em escala bem mais modesta, o que acontecia na produção açucareira. Tal concentração tinha, ainda, um caráter claramente familiar. Dos 10% de moradores mais ricos, metade pertencia às famílias Bueno e Camargo.

A partir da década de 1670, a diminuição da oferta de mão de obra indígena e o esgotamento do solo nas áreas de ocupação mais antiga provocaram a decadência da produção de trigo. Tal decadência, no entanto, não teve maiores reflexos na estrutura social paulista. As famílias

que, a partir da década de 1690, chefiam a colonização das recém-descobertas regiões auríferas eram as mesmas que compunham a elite local desde os Quinhentos.

A produção de alimentos apresentava-se, portanto, não como mero apêndice da produção açucareira, mas, pelo contrário, dotada de considerável autonomia em relação a ela. Isso não significa dizer que o setor açucareiro não fosse um importante consumidor de alimentos, mas sim que ele não gerava essa produção. Pelo contrário, a pressupunha. Era exatamente a capacidade dos setores não açucareiros de abastecer moendas e lavradores de cana com o “pão da terra” que permitia a essa especialização. Além disso, o setor alimentício atendia ao conjunto de uma sociedade colonial que ia muito além do engenho. Populações urbanas, tripulações de navios, a própria população rural (já que produzir alimentos não significa produzir *todos* os alimentos), escravos recém-desembarcados e mesmo populações de outro continente (como no caso da exportação de farinha de mandioca para Angola) eram abastecidos por essa produção.

Por fim, embora os grupos dedicados a essa atividade fossem geralmente dos estratos sociais mais baixos, eles estavam longe de se constituir em um mar de camponeses indolentes, na visão tão cara a Caio Prado Júnior. A diversidade quanto à posição social era considerável e dependia de fatores variados, tanto conjunturais (a qualidade das colheitas e o nível dos preços, por exemplo) quanto estruturais (produto cultivado, distância em relação ao mercado consumidor etc.). Se a elite agrária identificava-se com a propriedade de engenhos, a não propriedade dos mesmos não mergulhava ninguém numa pobreza irremediável.

Além disso, é preciso lembrar que o caráter policultor predominante nas unidades não açucareiras fazia com que frequentemente essa produção fosse combinada com a de artigos não alimentícios. Dentre esses, o caso mais bem conhecido é o do tabaco. Há notícias de sua presença em diversas capitanias, como Pará, Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro,<sup>57</sup> mas a Bahia foi sem dúvida o centro de sua produção no Brasil colonial. Não se sabe exatamente quando sua produção começou, mas no



início do século XVIII Antonil retrocedia tal início a aproximadamente cem anos antes.<sup>58</sup> Os dados dão alguma razão ao jesuíta. Em 1629, o tabaco já era incluído entre os itens de exportação da capitania baiana e sua importância tendeu a crescer a partir daí, transformando-se num item importante de exportação para o reino já em meados da centúria. Em 1657, o governador-geral, conde de Atouguia, exprimia à Câmara de Cairu sua preocupação com a expansão do seu cultivo e ordenava a sua erradicação no termo da vila. Tal ordem seria repetida a partir daí por seus sucessores, sem qualquer sucesso visível. Na década de 1680, a exportação para Portugal já era de aproximadamente 160 mil arrobas por ano.<sup>59</sup>

Mas o tabaco não se destinava somente à Europa. Muito rapidamente seu consumo dissemina-se e seu comércio se torna global. Nos dizeres de Antonil,

Se o açúcar do Brasil o tem dado a conhecer a todos os reinos e províncias da Europa, o tabaco o tem feito muito mais afamado em todas as quatro partes do mundo, nas quais hoje tanto se deseja, e com tantas diligências e por qualquer via se procura.<sup>60</sup>

O tabaco, portanto, não circulava em um único eixo mercantil. Pelo contrário, era o que podemos denominar de uma mercadoria-chave, cuja circulação no interior de todo o Império português contribuía para fechar certas transações. A partir do último quartel dos Seiscentos o encontramos, por exemplo, nos carregamentos das embarcações da Carreira da Índia que, na ida para o Oriente, paravam em Salvador.<sup>61</sup> Sua utilização permitia a redução do envio de prata para a Ásia e contribuía para que no torna-viagem chegassem à América, a Portugal e mesmo à África produtos do Estado da Índia, notadamente têxteis. O tabaco era também enviado diretamente para a África, onde era trocado por escravos. Embora considerado de pior qualidade do que o enviado para a Europa, o tabaco destinado ao tráfico era muito apreciado pelos africanos, pois o fato de ser banhado em melado dava um sabor adocicado ao produto.

O cultivo do tabaco tinha algumas características que o tornavam atraente não só para os grandes produtores, mas também para os pequenos.<sup>62</sup> O caráter artesanal de sua produção, que começava com o cuidado necessário com cada planta em separado, retirava qualquer vantagem de escala das grandes unidades produtoras. Além disso, como a planta do tabaco demorava somente seis meses para madurar, permitia em boas condições duas colheitas em um mesmo ano. Os custos das benfeitorias também eram muito menores do que os de uma unidade açucareira (em média, uma propriedade tabaqueira custava 5% do valor de um engenho), o que os tornava mais acessíveis. O principal custo de mão de obra era com escravos especializados no beneficiamento do produto ("enroladores" e "pisadores"), que podiam, no entanto, ser alugados. Consequentemente, o setor tabaqueiro vai se caracterizar por um espectro amplo de produtores, que variavam de camponeses sem escravos a fazendeiros com dezenas de cativos.

Embora não tenhamos dados para os Seiscentos, no início do século XVIII havia aproximadamente dois mil plantadores de tabaco no recôncavo, incluindo desde grandes produtores com colheitas de até quatro mil arrobas a indivíduos cuja produção não atingia 100 arrobas. Como a exportação era então de 200 mil a 300 mil arrobas, a média era de 100 a 150 por plantador, o que demonstra que os pequenos produtores constituíam a imensa maioria no setor.

Hierarquicamente, o setor tabaqueiro constituía-se de três grupos distintos. No seu nível mais alto, estavam os grandes plantadores, formados pelos primeiros povoadores da região de Cachoeira (principal área tabaqueira da Bahia) e que, além de dominar a política local, com o controle da Câmara e das ordenanças, mantinham laços estreitos com o setor açucareiro, do qual eram em grande medida originários. As famílias Peixoto Viegas, Adorno e Barbosa Leal, entre outras, eram exemplos desses laços que inseriam a elite local na elite baiana em geral. Nesse grupo era frequente que a propriedade combinasse produção de tabaco e pecuária, já que o estrume animal era essencial para uma produção de melhor qualidade.



O segundo grupo era constituído por lavradores de tabaco, proprietários ou não das terras onde trabalhavam. Tratava-se de um grupo de origem variada, formada por imigrantes portugueses, produtores de alimentos convertidos total ou parcialmente ao cultivo do tabaco e também por comerciantes de Salvador, que viam nesse investimento a possibilidade não só de diversificar investimentos como de produzir um artigo de grande importância, como vimos, em diversas rotas comerciais. Ao contrário do açúcar, cujo elevado nível de investimento só o tornava acessível à elite mercantil, no caso do tabaco o investimento era possível para comerciantes dos mais diversos portes.

Os indivíduos que aparecem na documentação ora como "colonos" ora como "lavradores de roça" constituíam a base do setor. Eram livres ou libertos sem acesso formal à terra, já que não eram proprietários nem arrendatários. Ocupavam, assim, terras de terceiros, geralmente grandes proprietários, que em troca cobravam uma renda nominal ou a entrega de parte da produção. Estavam ligados sobretudo à produção de alimentos e o tabaco surgia como uma alternativa de diversificação mais lucrativa.

Se a produção fumageira se mostrava acessível a um número maior de pessoas do que a açucareira, nem por isso era menos marcada pelas hierarquias sociais. Pelo contrário, essa maior acessibilidade contribuía para uma discrepância ainda mais acentuada entre os seus produtores. Por outro lado, é inegável que o tabaco constituiu-se numa importante alternativa econômica para o conjunto da sociedade baiana na segunda metade dos Seiscentos, o que explica a sua rápida expansão. Em um momento de queda dos preços internacionais do açúcar, a existência de um cultivo rentável e com um mercado consumidor em expansão atendia aos interesses tanto da elite açucareira e dos grandes comerciantes sediados em Salvador quanto de recém-libertos em busca de sua sobrevivência.<sup>63</sup>

### A pecuária

A importação e a criação de animais na América portuguesa confundem-se com a própria colonização, sem que seja possível estabelecer um início preciso. Tanto Gabriel Soares de Sousa, em 1587, quanto Ambrósio Brandão, no início do século XVII, apontam a existência de uma pecuária já bastante diversificada, com a presença de bovinos, ovinos, equinos e muares, além de aves domesticadas.<sup>64</sup>

Nessa grande variedade de animais, o gado mais importante era o bovino, por sua utilização como força motriz e meio de transporte. Sua importância era tão grande que, quando nos referimos às grandes regiões pecuaristas da América seiscentista, referimo-nos basicamente à criação desses animais. No início da colonização, os currais instalaram-se em torno das cidades mais importantes, como Salvador e Olinda, visando atender tanto aos engenhos situados na mesma região quanto à população urbana. A conquista de Sergipe, em 1590, levou o gado até o rio São Francisco, onde essa frente de expansão encontrou-se com a pernambucana. O rio tornou-se, assim, nos Seiscentos, um eixo ao longo do qual se desenvolveu a atividade pecuária, havendo nessa região em torno de dois mil currais por volta de 1640. Essa expansão estendeu-se por toda a centúria e só se completou com a conquista do Piauí, já na primeira década do século XVIII.

As consequências desse crescimento constante foram significativas. Em primeiro lugar, houve uma diminuição constante do preço do gado no período, em torno de 50%. Em segundo lugar, na segunda metade do XVII a América portuguesa transforma-se de importadora de animais em exportadora. No início dos Setecentos, a exportação girava em torno de 110 mil peles por ano.<sup>65</sup> Tanta oferta permitia que os engenhos de açúcar investissem pouco em gado, que raramente ultrapassava 10% do valor total deles.<sup>66</sup>

Em torno dessa atividade, constituíram-se algumas das maiores propriedades do período colonial, como a de Antônio Guedes, com mais de 1.900.000 hectares, ou as do clã Vieira Ravasco, com mais de 2.300.000



hectares.<sup>67</sup> Em grande parte, essas propriedades não eram exploradas diretamente, mas arrendadas como “ranchos” para terceiros, o que se constituía em importante fonte de renda para os seus proprietários.

Na porção meridional da América portuguesa verifica-se também uma importante expansão da pecuária. No Rio de Janeiro, temos a ocupação do atual Norte Fluminense,<sup>68</sup> então parte da abandonada capitania de São Tomé, pelos chamados “sete capitães”, expansão essa que se faz sob o signo da pecuária. Também aqui a apropriação prévia da terra pelos seus desbravadores gera um quadro de monopólio fundiário, obrigando os povoadores que vieram em seguida a se submeter ao pagamento de arrendamento.

No que era então o extremo sul da América portuguesa fundam-se na segunda metade do século as vilas de São Francisco e Laguna, voltadas para a criação de gado.

A expansão pecuária desenvolveu-se segundo um claro padrão. Buscou áreas cuja geografia fosse adequada à criação extensiva, ou seja, razoavelmente planas e com uma vegetação pouco densa, constituindo-se em pastos naturais para numerosos rebanhos. Inserem-se nesse padrão tanto a caatinga do Nordeste quanto os campos das capitanias de baixo (“Campos Gerais” e “Campos dos Goitacazes”). A distância entre essas áreas e os centros consumidores não chegava a ser problema, já que o gado podia cobri-la por si mesmo.

Por outro lado, a existência dessas áreas especializadas não significava a inexistência da criação de animais em áreas com vocação nitidamente agrícola. Sobretudo no entorno dos núcleos urbanos sempre existiram propriedades voltadas para o abastecimento local. Não por acaso eram propriedades mistas, que combinavam a produção de alimentos com a pecuária. Mais ainda, a criação de animais de pequeno e médio porte (porcos, cabras, ovelhas, galinhas etc.) era bastante disseminada, inclusive no interior das urbes.

O século XVII caracterizou-se, assim, por uma expansão agrária considerável, marcada tanto por uma maior vinculação com o mercado externo quanto pelo crescimento das relações entre diferentes regiões e

setores econômicos internos à América portuguesa. A existência de um pujante mercado interno gerava uma forte autonomia local em relação às conjunturas externas, o que nos permite falar de uma conjuntura oposta à do reino de Portugal no mesmo período, como vimos acima. No entanto, tais articulações explicam apenas em parte essa autonomia. Resta conhecer os mecanismos internos que permitiam a reiteração da estrutura social colonial.

#### A tropicalização do Antigo Regime: mecanismos de reprodução e ampliação da economia colonial

O primeiro desses mecanismos era, evidentemente, o comércio. Nascida como parte de um vasto Império ultramarino, cujas distantes regiões conectavam-se principalmente pela atividade mercantil, a participação nessa empreitada foi um destino da América portuguesa desde os seus primórdios. Tal participação, no entanto, não se deu somente com a produção de artigos exportáveis, a serem vendidos por um setor mercantil situado fora das colônias. Ao contrário do que afirma Novais, o exclusivo colonial não foi uma reserva de mercado para a “burguesia comercial metropolitana”.<sup>69</sup> O exclusivo beneficiou sem dúvida os comerciantes imperiais, não somente os situados no reino, mas também os que estavam nas conquistas de Sua Majestade.

Nosso já conhecido Brandônio, ao listar as seis principais riquezas do Brasil, colocava a mercancia em segundo lugar, logo atrás da produção de açúcar. Já no início dos Seiscentos ele distinguia entre os mercadores “de ida por vinda”, que faziam o comércio entre Portugal e a América, e os

assistentes na terra com loja aberta, colmadas de mercadorias de muito preço, como são toda sorte de louçaria, sedas riquíssimas, panos finíssimos, brocados maravilhosos, que tudo se gasta em grande cópia na terra, com deixar grande proveito aos mercadores que os vendem.



Em que pese o exagero barroco de nosso personagem, fica clara a existência de um setor mercantil já constituído na colônia, responsável, portanto, por reter parte dos ganhos obtidos sobre o conjunto da população colonial. Mais ainda, parte desse grupo mercantil seiscentista investia na atividade agrária os seus rendimentos: "(...) dos que têm suas lojas abertas, há muitos que têm grossas fazendas de engenho e lavoura na própria terra, e estão nela assistentes e alguns casados".<sup>70</sup> Descrição sucinta e precisa da transformação de mercadores em membros da elite agrária, processo esse já bem conhecido da produção historiográfica mais recente.

Na Bahia, parcela considerável da elite açucareira tinha sua origem no comércio. Em uma amostra de 80 senhores de engenho do final do século XVII, 46 (57,5%) eram portugueses ou filhos de portugueses. Dentre esses, a atividade principal antes da aquisição de engenhos era o comércio. Entre os 24 portugueses donos de moendas, nada menos do que 13 tinham atuação pregressa na lida mercantil. Além de apontar para uma renovação considerável dessa elite, esses números mostram o significado do comércio como via de ascensão ao topo da hierarquia colonial.

Uma trajetória que ilustra bem essa estratégia é a de João Peixoto Viegas, um dos maiores comerciantes baianos seiscentistas e, ao mesmo tempo, patriarca de uma família que se destacaria no interior da elite baiana.<sup>71</sup> Chegado a Salvador em 1640, Viegas aparece já em 1641 como negociante, ascendendo rapidamente a partir daí. Em 1648, ele já aparecia como um dos homens mais ricos de Salvador e também nesse ano recebeu o título de familiar do Santo Ofício. Na mesma época, conseguiu entrar para a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia (condição *sine qua non* para quem tivesse pretensões de ascensão na sociedade baiana de então) e em 1654 foi eleito tesoureiro.

A carreira de Viegas combinou a atividade mercantil, a participação em instituições de prestígio, como as citadas acima, e a ocupação de cargos públicos típicos de comerciantes, como o de tesoureiro dos novos direitos do açúcar e da Bula da Cruzada. Para consolidar sua ascensão e garantir a entrada definitiva na elite baiana, casou-se em 1650 com

Joana de Sá Peixoto, filha do senhor de engenho Cosme de Sá Peixoto, então um dos homens mais eminentes da capitania. Cosme era também ele um português que, chegado à Bahia no início dos Seiscentos, enriquecera no comércio, casara-se com uma baiana e desde a década de 1620 era dono de um engenho.

A repetição ao longo das gerações mostra um padrão claro, tanto por parte dos reinóis (buscando inserir-se socialmente através do matrimônio) quanto da elite baiana, aberta à renovação através da incorporação constante dos adventícios bem-sucedidos. Não por acaso, no caso de Viegas vemos que o matrimônio coincide com o início de seus investimentos rurais. No entanto, em vez de tornar-se senhor de engenho de terra no sertão da Bahia, Paraíba e do Rio Grande do Norte para criação de gado, dando origem, assim, a um dos maiores latifúndios do período colonial, como visto acima. Além disso, dedicou-se também à produção de tabaco.

A trajetória de Viegas ilustra à perfeição como a atividade mercantil na colônia revestia-se de grande significado não só para reprodução da sociedade em seu conjunto, mas também muito particularmente de sua elite social. Mais ainda, mostra que não havia uma distinção clara dentro dessa elite entre um setor mercantil e outro agrário.

Essa indistinção é ainda mais clara na capitania fluminense, onde a própria utilização do termo "homem de negócio" (marca distintiva da elite mercantil) só se generaliza na última década da centúria.<sup>72</sup> As biografias de alguns mercadores de destaque desse período mostram a transformação de todos, sem exceção, em membros da elite agrária local, através da aquisição de engenhos e/ou via casamentos.

Exemplar nesse sentido é a trajetória de José Gomes Silva. Chegado ao Rio de Janeiro no final da década de 1660, já em uma escritura de empréstimo de 1674 ele aparece como "mercador".<sup>73</sup> Por volta de 1692, era dono de uma loja.<sup>74</sup> Além disso, entre 1688 e 1698 aparece em diversos contratos de arrendamento como contratador dos dízimos reais.<sup>75</sup> Paralelamente a essa atividade mercantil, que jamais abandonou, Silva



buscou também a inserção na elite açucareira. Para isso, em seus dois casamentos uniu-se a mulheres pertencentes a famílias de senhores de engenho.<sup>76</sup> Além disso, adquiriu por compra pelo menos dois engenhos de açúcar.<sup>77</sup>

João Rodrigues Calaça e José de Souza Barros desenvolverão trajetórias semelhantes à de José Gomes. No caso de Calaça, vemo-lo envolvido com o comércio com Pernambuco e Angola na segunda metade dos Seiscentos, mas ao ser preso pela Inquisição, em 1712, já havia se transformado em senhor de engenho.<sup>78</sup> Souza Barros, por sua vez, foi o principal credor particular da praça na virada do século XVII para o seguinte.<sup>79</sup> Ao falecer, no início dos Setecentos, era dono, entre outras propriedades, de um engenho de açúcar em Iriri.<sup>80</sup>

Os exemplos citados confirmam a indistinção que apontamos anteriormente entre elite agrária e mercantil, mas, sobretudo, sublinham o fato de que o cume da hierarquia social colonial no século XVII, ao menos em termos de prestígio, era a elite agrária. Por isso, aqueles que conseguiam acumular recursos nas atividades mercantis buscavam as mais diversas formas de fazer parte dela. O resultado desse processo era a contínua transferência de recursos acumulados no comércio para o agronegócio, contribuindo, assim, para a contínua revitalização deste.

Mas a mercancia nem de longe esgotava os mecanismos de reprodução colonial. Ao falarmos dos engenhos de açúcar chamamos atenção para o fato de que estavam longe de ser somente objetos econômicos ou, se preferirmos, instrumentos de produção. De fato, nessa sociedade, como em todas as pré-capitalistas, é puro anacronismo tentar analisar a economia de forma estanque, apartada do conjunto da realidade social. Isso porque, como nos mostra Polanyi, a economia encontra-se inserida no conjunto das relações sociais. Por isso, não nos é possível entendê-la a não ser a partir dessa inserção.<sup>81</sup>

Se voltarmos ao exemplo dos engenhos, veremos que, do ponto de vista estritamente econômico, mantê-los podia ser um ato verdadeiramente insano em meados do século XVII, tendo em conta a baixa do preço do açúcar e as dificuldades de um mercado em que a oferta estava em

franca expansão, com o início da produção açucareira nas Antilhas. No entanto, a economia açucareira não só se mantém de pé como consegue expandir-se no período. Dizer que isso aconteceu porque o engenho era mais do que um bem econômico nos permite entender o porquê. Restamos, porém, entender como essa economia colonial conseguiu forjar uma tal autonomia frente às conjunturas externas. Evidentemente, teremos de ir muito além da própria economia para responder a essa questão. Teremos de nos voltar ao que podemos denominar, com um olhar do século XXI, de “produção política da economia”.

Mas afinal, como essa sociedade gerava seus recursos? Se vamos à origem da colonização, a resposta é: guerra. Foi através das guerras aos índios e secundariamente a outros europeus (sobretudo franceses) que os primeiros colonos tiveram acesso a dois fatores fundamentais de produção: terra e mão de obra. Expulsar franceses e conquistar índios significava liberar territórios à ocupação colonial e, ao mesmo tempo, produzir cativos em enorme quantidade. O “gasto de gentes”, nas palavras de Anchieta, ou seja, a imensa mortalidade indígena, não esconde o que isso representou em termos de produção de riquezas para essa sociedade em construção. Gastavam-se gentes e terras e o que possibilitava esse “desperdício” era a abundância inicial de ambos.

A repartição desse autêntico “butim” não era, no entanto, nada igualitária. Repetia o padrão observado desde a reconquista:<sup>82</sup> a cada um conforme a sua qualidade, fosse essa qualidade trazida do reino ou adquirida na colônia. Assim, se alguns recebiam enormes tratos de terras como sesmarias, outros tinham acesso somente ao necessário para remediar sua pobreza.<sup>83</sup> Garantia-se, dessa forma, a reprodução de uma hierarquia de Antigo Regime. Um Antigo Regime tropicalizado, naturalmente, já que tendo por base social a escravidão. No século XVII, as lutas contra os índios continuam, apesar do peso crescente da escravidão africana, e são exemplos disso a “guerra dos bárbaros” no Nordeste, as bandeiras paulistas e as lutas contra os guarulhos no norte fluminense.

A guerra estava também na origem do sistema de ordenanças criado (ou recriado) na colônia tendo em vista a defesa da sociedade colonial.



Tal sistema traduzia a incapacidade da Coroa de defender suas vastas possessões ultramarinas e a opção por aliar-se com as elites locais para garanti-las. Para tais elites a participação nas ordenanças representava um duplo benefício. Por um lado, o serviço ao rei em suas conquistas as transformava em importantes credores da monarquia. Por outro, garantia que o acesso aos bens advindos da guerra seria mediatizado pelo posto que cada um ocupava nas tropas, garantindo, assim, a reprodução no tempo da hierarquia social.<sup>84</sup>

A guerra permite, portanto, uma primeira acumulação de riquezas, riquezas essas produzidas externamente à sociedade colonial: pela natureza (no caso das terras) ou por outras sociedades (no caso da escravidão indígena). No entanto, esse primeiro motor colonial só é suficiente para colocar a engrenagem social em funcionamento. Para garantir sua re-iteração no tempo seriam necessários outros instrumentos.

Em primeiro lugar, era preciso não só controlar a guerra, mas governar na paz. O controle dos cargos da república foi, por isso, de grande importância para a definição do grupo que iria se constituir na elite colonial. Tais cargos eram de grande importância para o governo dos povos, não só do ponto de vista da população local, mas também da própria monarquia, cuja primeira função era zelar pelo bem comum. Por isso, ocupá-los era prestar serviço ao rei. Além disso, a ocupação desses cargos permitia concentrar a riqueza produzida pelo conjunto da sociedade nas mãos de um grupo restrito. Tratava-se, portanto, não de produzir riquezas, mas de criar elites.

Nesse panorama, a Câmara ocupava um papel primordial. Responsável pelo governo local e, portanto, defensora primeira do bem comum na perspectiva escolástica da época, ela possuía uma atuação decisiva na vida econômica. Regulava, por exemplo, preços de alimentos através dos almotacés, o que interessava tanto à população mais pobre (seja a urbana, consumidora, seja a rural, produtora) quanto aos senhores de escravos. Manter uma oferta abundante e barata (objetivo que nem sempre era atingido) significava reduzir o custo de manutenção dos escravos e garantir, no caso do setor açucareiro, a continuidade da especialização. A preocu-

ção com o abastecimento urbano podia também levar à realização de contratos para produtos específicos. O mais conhecido é o “contrato da carne”, que garantia a quem o arrematasse o monopólio do fornecimento de carne verde (fresca) no perímetro urbano por um certo período.

A Câmara era responsável também pela organização espacial da cidade, o que lhe permitia regulamentar a ocupação do solo urbano. Mais ainda, era proprietária de boa parte das melhores áreas urbanas. Daí derivava o poder de decidir quem ocuparia o espaço público e como se daria tal ocupação. Permitia-lhe também criar novos monopólios. É graças a esse poder, por exemplo, que a Câmara carioca dá a Salvador Correia de Sá e Benevides, em 1635, o privilégio de ser proprietário do único trapiche então existente na cidade.<sup>85</sup>

Não menos importantes eram os impostos arrecadados pela municipalidade. Cabe lembrar a difícil conjuntura da monarquia lusitana após a Restauração, que significou na prática a transferência de boa parte do controle sobre a defesa da colônia para as elites locais e, conseqüentemente, também da capacidade de arrecadação para fazer frente a essas despesas. Como tal arrecadação era feita não diretamente, mas através da arrematação dos contratos por terceiros, o controle sobre eles significava um importante poder político para os edis e uma significativa capacidade de acumulação para os agraciados.

A atuação local da Câmara significava, em termos práticos, a interferência da mesma numa miríade de aspectos da vida cotidiana. Gestava, assim, um mercado profundamente marcado pela política. Nele, a atuação individual não dependia apenas (ou principalmente) do poder econômico de cada um, mas também das alianças que se conseguiam estabelecer. Em nome do bem comum criavam-se monopólios variados, que na prática representavam a canalização de parte do excedente social para um grupo restrito de privilegiados.

A importância da Câmara, no entanto, ultrapassava em muito a esfera local. Ela era também o vínculo por excelência entre a elite colonial e a Coroa, o que lhe dava a possibilidade de atuar junto à monarquia em defesa dos interesses desse grupo.



As formas dessa intervenção eram variadas, mas tinham fundamentalmente um único objetivo: garantir a reprodução da elite colonial. Assim, as câmaras buscavam, por exemplo, garantir aos senhores de engenho e lavradores de cana o privilégio de não serem executados em suas “fábricas”, ou seja, não terem seus bens produtivos arrematados em praça pública para pagamento de seus credores.<sup>86</sup> Também participavam das juntas que, a cada frota chegada do reino, estabeleciam os preços dos açúcares. Impasses sobre tais preços podiam ter consequências significativas, como a proibição de saída da frota se o açúcar não fosse comprado.<sup>87</sup> Aqui, pesava a favor dessa elite o seu efetivo poder militar.

A defesa de tais interesses podia atravessar os oceanos. Em 1679, por exemplo, o Senado da Câmara da cidade do Rio de Janeiro escreveu ao rei relatando as dificuldades enfrentadas no tráfico de escravos de Angola para a capitania fluminense. Reclamava, então, dos obstáculos criados pelos governadores locais à sua participação num comércio tão lucrativo quanto estratégico para a colônia.<sup>88</sup>

Temos, portanto, uma quase onipresença camarária na defesa dos interesses da açucarocracia, do fornecimento de mão de obra às condições de venda do produto final. Mas a Câmara, em que pese a sua centralidade, não era o único órgão da república a garantir a reiteration da elite colonial. Havia, sobretudo nas capitanias régias, uma série de cargos cuja ocupação, embora dependente da sanção régia, era essencial para a reprodução desse grupo. Para entender como os interesses de El Rey e dessa elite colonial se combinavam, é preciso analisar o sistema de mercês existente na monarquia lusa.

Esse sistema tem sua origem ainda no período da Reconquista, com as concessões que o rei fazia, principalmente à nobreza, de uma série de benefícios (concessão de terras, isenção de impostos etc.) em troca dos serviços dessa na luta contra os mouros.<sup>89</sup> A reciprocidade era, portanto, a mola mestra do sistema e obrigava o rei a retribuir os serviços prestados por seus súditos. Segundo Ângela Xavier e António Hespanha, “o rei aparece, assim, sujeito aos constrangimentos de contingências impostas pela economia de favores”.<sup>90</sup>

Na colônia, a participação primeiro na conquista e depois na administração dos povos era serviço digno da atenção de um rei agradecido. A retribuição vinha com a concessão de sesmarias, como vimos, mas também de cargos públicos. Cargos-chave, como a Alcaidaria-mor, a Provedoria da Fazenda e o Juízo da Alfândega, eram concedidos como propriedades às “melhores famílias da terra”.<sup>91</sup> Tais cargos significavam não só proventos consideráveis como um poder político expressivo para seus ocupantes, que podiam, assim, intervir em aspectos diversos do funcionamento da economia. Outros cargos, como os diversos ofícios de escrivão ou tabelião, não possuíam o mesmo poder, mas significavam também acesso a recursos nada desprezíveis. Por isso mesmo, a elite colonial definia-se não só pela propriedade de engenhos, mas também, e sobretudo, pela de ofícios. Era, por isso mesmo, uma “nobreza política” ou “nobreza da terra”, nos termos do Antigo Regime português.

Outro mecanismo fulcral para a reprodução da sociedade colonial, como vimos, era o crédito. Controlá-lo, ou melhor, controlar o acesso a ele, era ter uma das chaves que definiam a hierarquia social. Por isso mesmo, é digno de nota que, no século XVII, em duas das principais capitanias açucareiras (Bahia e Rio de Janeiro), as principais fontes de crédito fossem instituições coloniais.

Na Bahia, segundo Rae Flory, a Santa Casa da Misericórdia respondia por mais de um quarto do valor total das transações de crédito na passagem do século XVII para o seguinte. Se a ela somarmos todas as demais instituições, atingimos um percentual de 45,3% do valor total controlado por elas. No sentido oposto, os senhores de engenho e plantadores de cana respondiam, como devedores, por mais de 50% do valor total, sendo que os primeiros absorviam sozinhos mais de um terço de todo o crédito disponível no período.<sup>92</sup> No Rio de Janeiro, por sua vez, o mercado de crédito tinha como principal instituição credora o Juízo de Órfãos. Embora com uma participação variável ao longo da segunda metade dos Seiscentos, essa instituição respondeu por praticamente um terço de todos os recursos emprestados no período.<sup>93</sup>



Apesar de se tratar de instituições bastante distintas, o Juízo de Órfãos e a Santa Casa têm um importante aspecto em comum: em ambos os casos o dinheiro emprestado não tinha origem na acumulação mercantil.

Nas Santas Casas, a origem dos valores emprestados estava, em geral, nas doações *post mortem* feitas por seus irmãos. Em troca de missas por sua almas, esses faziam doações testamentárias de propriedades, dinheiro ou mesmo de dívidas ativas. Como as Misericórdias necessitavam de recursos constantes para fazer frente a suas despesas, transformavam esses bens em dinheiro a ser emprestado a terceiros, para com os juros desses pagar seus compromissos.<sup>94</sup>

No caso do Juízo de Órfãos, o dinheiro destinado a empréstimo era parte da herança dos órfãos, muitas vezes o resultado da arrematação em praça pública de bens deles. Com isso buscava-se simultaneamente evitar as perdas dos bens e garantir recursos para a sua sobrevivência enquanto fossem menores de idade.<sup>95</sup>

Portanto, em ambos os casos era a morte de determinados indivíduos que fazia com que parte dos bens por eles acumulados ao longo da vida fosse transformada em capital e repassada a terceiros. Colocava-se, assim, em circulação uma riqueza que muitas vezes já se encontrava, no todo ou em parte, fora do mercado. Além disso, o fato de instituições coloniais aparecerem como principais credoras nas duas praças aponta para uma relativa autonomia da economia colonial frente aos grupos mercantis metropolitanos.

Por outro lado, a importância das instituições coloniais não esconde o fato de que elas não chegavam a controlar a maior parte da oferta de crédito na colônia. Em outras palavras, havia uma miríade de credores privados participando desse mercado. Do outro lado, havia igualmente uma enorme variedade de indivíduos aparecendo como tomadores de empréstimos, comprovando o que já foi dito sobre a capilaridade do mercado de crédito na colônia. Para a elite colonial, essa capilaridade também era útil, já que significava a multiplicação das fontes de recursos. As instituições eram as grandes fontes de crédito, mas não as únicas. Além disso, pelo menos no caso das Misericórdias, a cobrança dos

empréstimos muitas vezes esbarrava no prestígio do devedor. Segundo Russell-Wood, “muitos devedores descobriam que a melhor maneira de ocultar suas deficiências no pagamento de dívidas era serem eleitos para a Mesa”.<sup>96</sup> Com isso, eram frequentes não só os atrasos no pagamento de juros, mas também as perdas dos valores totais emprestados. As instituições coloniais, portanto, mesmo quando voltadas para a misericórdia dos homens ou o cuidado dos órfãos, não descuravam da reprodução de suas elites.

As variadas formas de acesso a riquezas através do exercício dos ofícios da república, das quais expusemos aqui apenas uma parte, nos indicam a importância central que esses cargos tinham na criação e reiteração da elite colonial. Mais do que produzir riquezas, o que eles de fato faziam era redistribuí-la, ou melhor, canalizá-la para alguns poucos grupos sociais. Tratava-se, portanto, de uma economia de privilégios, que buscava por todos os meios garantir o sucesso dessa apropriação para, assim, reproduzir e naturalizar as desigualdades sociais. Ao mesmo tempo, garantia a tais privilegiados uma importante autonomia frente aos humores externos. Diminuí-a, sem eliminar, as incertezas inerentes a um sistema colonial fortemente calcado na atividade mercantil. Sem dúvida está aqui uma das chaves, se não a principal, para se entender as enormes diferenças entre a conjuntura por que passa o reino e aquela de sua colônia americana no século XVII.

#### Notas

1. Ambrósio Brandão, 1977, p. 118.
2. Sanjay Subrahmanyam, 1995, p. 161.
3. As estimativas são de Contreiras Rodrigues, 1990, p. 30.
4. Frédéric Mauro, 1997, v. 1, p. 257.
5. Herbert Klein, 1990, p. 53-61.
6. Vitorino Magalhães Godinho, 1990, p. 439.
7. Sanjay Subrahmanyam, 1995, p. 139.
8. A. R. Disney, 1981, p. 67-68.



9. Ruggiero Romano, 1993, p. 29-38. Tal tendência geral não significa a inexistência de conjunturas mais curtas. Assim, teríamos, *grosso modo*, um crescimento até 1620, seguido de uma depressão que duraria até aproximadamente 1660, quando se iniciaria um novo período de crescimento demográfico. A esse respeito, ver José Vicente Serrão, 1998, p. 44-48.
10. José Vicente Serrão, 1998, p. 69-82.
11. Joaquim Romero de Magalhães, 1993, p. 161-192.
12. Leis pragmáticas eram "leis antissuntuárias que proibiam o uso de um conjunto de artigos considerados de luxo": José Vicente Serrão, 1998, p. 84.
13. Charles R. Boxer, 1973, p. 190.
14. No século XVIII essa recuperação da Carreira continuaria, impulsionada por um lado pelo ouro do Brasil e por outro pela demanda por têxteis para o trato de cativos. Sanjay Subrahmanyam, 1995, cap. 7; Charles R. Boxer, 1992, cap. VII.
15. José Roberto do Amaral Lapa, 2000, p. 256.
16. Essa crise agrícola seria secular e se estenderia até meados do século XVIII: Celso Furtado, 1986, p. 47-53.
17. Charles R. Boxer, 1992, p. 157.
18. Charles R. Boxer, 1973, p. 401.
19. Frédéric Mauro, 1990, p. 140.
20. Stuart Schwartz, 1988, p. 157-169; Idem, 1990, p. 191-259.
21. Vera Ferlini, 1988, cap. II.
22. Stuart Schwartz, 1988, p. 147-149.
23. Vera Ferlini, 1988, p. 72. (Ver nota 35.)
24. A crítica a esse procedimento foi feita pioneiramente por J. H. Galloway (1975:21-38), cujas conclusões divergem parcialmente, no entanto, das deste texto.
25. Poderíamos ir ainda mais longe e lembrar a importância primordial do crédito no funcionamento das sociedades de Antigo Regime em geral: Paul Servais, 1994, p. 1.393-1.409.
26. Antonio Carlos Jucá de Sampaio, 2002, p. 31-32.
27. Pierre Vilar, 1982, p. 65.
28. Desagregamos os dados da autora, porque ela trabalha com o período 1684-1725 como um todo: Rae Flory, 1978, p. 64-65 e Apêndice 1.
29. Stuart Schwartz, 1988, p. 150 e Apêndice C, p. 403.
30. Rae Flory, 1978, p. 24.
31. Idem, p. 31-32.
32. Stuart Schwartz, 1988, p. 249-252; Rae Flory, 1978, p. 33; Vera L. Amaral Ferlini, 1988, p. 171-177.
33. Tal monopólio da terra permitia aos grandes proprietários, inclusive, arrendar parte delas sem obrigação de entrega de cana ao engenho em troca de um pa-

- gamento em dinheiro. Segundo Francisco Carlos Teixeira, esse tipo de arrendamento tornou-se uma importante fonte de renda para a elite agrária colonial. Ver Francisco Carlos T. Silva, 1990, cap. 8.
34. Antonio Carlos Jucá de Sampaio, 2003, cap. 2.
35. Caio Prado Jr., 1992.
36. Francisco Carlos Teixeira da Silva, 1990, cap. 8.
37. Segundo Rae Flory (1990:31), as escrituras de venda de engenhos do período 1680-1725 raramente mencionam o cultivo de mandioca.
38. Francisco Carlos Teixeira da Silva, 1990, p. 124-126.
39. Idem, p. 125.
40. Guillermo Palácios, 1998, p. 23-30.
41. AHU-CA, doc. 2672-2673. Consulta do Conselho Ultramarino acerca dos inconvenientes da lei da mandioca, segundo o governador Álvaro da Silveira e Albuquerque (12/9/1703).
42. Idem.
43. Francisco Carlos Teixeira da Silva, 1990, p. 182-188.
44. A melhor descrição ainda é a de François Froger (1698:75-77), viajante francês cujas ricas informações foram de grande utilidade para as invasões francesas de 1710 e 1711.
45. Apud Ciro Cardoso e Paulo H. Araújo, 1992, p. 50-51.
46. Jean Marcel Carvalho França, 1999, p. 32.
47. Idem, p. 37.
48. Por se tratar de navios holandeses, o governador deixou claro que não desejava sua presença na baía de Guanabara. Idem, p. 25.
49. Exemplo desse caráter diversificado da produção chacareira é dado pela venda das benfeitorias de uma chácara, em 1691, por Domingos Pimenta para Fernando Faleiro de Aguirre. Entre as benfeitorias constavam: árvores de espinho (ou seja, de frutas cítricas), roças de mandioca, bananais, dois abacaxizais, e "todos os legumes e plantas que se acharem". ANRJ, CPON, L. 58, f. 98.
50. Luís Felipe de Alencastro, 2000, p. 89; Charles R. Boxer, 1973, p. 267-270.
51. AHU-CA, doc. 2672-2673. Consulta do Conselho Ultramarino acerca dos inconvenientes da lei da mandioca, segundo o governador Álvaro da Silveira e Albuquerque (12/9/1703).
52. Charles R. Boxer, 1973, p. 192.
53. Jean M. C. França, 2000, p. 40.
54. V. Coaracy, 1965, p. 54.
55. O trigo, no entanto, nunca foi uma monocultura. Junto com ele, mas em menores quantidades, exportavam-se feijão e mandioca, por exemplo. Ver: John Monteiro, 1994, cap. 3.



56. John Monteiro, 1994, p. 59.
57. Em relação à capitania fluminense temos apenas o relato de François Froger (1698:75) sobre a proibição desse cultivo no final do século XVII e seu testemunho de ter visto algumas plantações. Na documentação não há referência a tal produção.
58. André João Antonil, 1976, p. 149.
59. Rae Flory, 1978, p. 161.
60. André João Antonil, 1976, p. 149.
61. José Roberto do Amaral Lapa, 2000, p. 254-255.
62. Todos os dados abaixo foram retirados de Rae Flory, 1978, p. 181-206.
63. É provável, portanto, que a expansão do tabaco tenha contribuído para a própria sustentação da economia açucareira em uma conjuntura desfavorável. A confirmação dessa hipótese depende, no entanto, de novas pesquisas que estabeleçam melhor as relações entre as elites tabaqueiras, as açucareiras e os grandes comerciantes.
64. Gabriel Soares de Sousa, 1987, p. 163-165. Ambrósio Brandão, 1977, p. 50.
65. Frédéric Mauro, 1997, v. II, p. 97-101.
66. Stuart Schwartz, 1988, p. 187-188.
67. Francisco Carlos Teixeira da Silva, 1990, p. 336-345.
68. Ciro Cardoso, 1984.
69. Fernando A. Novais, 1986, p. 88.
70. Ambrósio Brandão, 1977, p. 115 e p. 132-137.
71. Todos os dados da trajetória de Viegas são retirados de David Smith, 1975, cap. 8.
72. Antonio Carlos Jucá de Sampaio, 2003, cap. 1.
73. Escritura de empréstimo, ANRJ, CPON, L. 53, f. 114.
74. Carlos Eduardo Calaça Costa Fonseca, 1999, p. 92.
75. Ver, por exemplo, Escritura de arrendamento de contrato, ANRJ, CQON, L. 1, f. 9v (1688).
76. Respectivamente, Maria de Barros e Isabel de Paredes. Na família de Maria havia pelo menos três senhores de engenho, segundo Carlos Fonseca, 1999, p. 91. Já sua segunda esposa era irmã de Manuel de Paredes da Silva, senhor de engenho que, por sinal, era também seu genro: Carlos G. Rheingantz, 1965, vol. II, p. 281-282.
77. Escritura de compra e venda, ANRJ, CPON, L. 1, f. 162v (1690); Escritura de compra e venda, AGCRJ, CPON, Códice 42-4-90, f. 10v (1698).
78. Carlos Eduardo C. C. Fonseca, 1999, p. 72-84.
79. Antonio Carlos Jucá de Sampaio, 2003, p. 37-39.
80. José Vieira Fazenda, 1912, p. 118.
81. Karl Polanyi, 1980.

82. Adeline Rucquoi, 1995.
83. BIBLIOTECA NACIONAL, *Tombo das cartas de sesmarias do Rio de Janeiro*, 1997, Coleção Documentos Históricas, vol. CXI.
84. Embora menos formais na hierarquia militar, nas bandeiras paulistas também se reproduzia a desigualdade na distribuição dos índios escravizados entre os seus participantes: John Monteiro, 1994, cap. 2.
85. É bem verdade que no final do século a mesma câmara briga com os descendentes de Correia de Sá para instalar um novo trapiche na cidade, o que mostra que as conjunturas políticas mudam. Mas o ideal do privilégio permanece: o novo trapiche pertenceria a Francisco de Almeida Jordão e a seu irmão, capitão Manuel Mendes de Almeida. Ver: Antonio Carlos Jucá Sampaio, 2003, p. 78-79.
86. Curiosamente, esse privilégio nunca foi dado de forma definitiva, sendo renovado periodicamente pela Coroa. Aparentemente funcionava como uma espada de Dâmocles sobre a elite colonial, forma de a monarquia garantir o controle sobre ela: idem, p. 123-124.
87. Esse tipo de pressão era mais importante no Rio de Janeiro, onde o açúcar era de pior qualidade e, conseqüentemente, nem sempre interessava aos comerciantes.
88. AHU-CA, doc. 1.367 — Consulta do Conselho Ultramarino sobre representação dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro sobre a navegação para Angola e o tráfico de escravos para laboração dos engenhos (28/1/1679).
89. Ver nota 82.
90. Ângela B. Xavier e António M. Hespanha, 1998, p. 339-349.
91. Rae Flory, 1978, p. 128-133; Antonio Carlos Jucá de Sampaio, 2003, cap. 6.
92. Rae Flory, 1978, p. 73-77.
93. Antonio Carlos Jucá de Sampaio, 2003, p. 32-35.
94. Russell-Wood, 1981, cap. 5.
95. Por exemplo: ANRJ, CPON, L. 44, f. 104v (1662).
96. A. J. R. Russell-Wood, 1981, p. 82. Não há dados semelhantes sobre irregularidades nos empréstimos do Juízo de Órfãos.

### Bibliografia

- ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo/Brasília: Melhoramentos/INL, 1976, 2ª ed.



- BIBLIOTECA NACIONAL. *Tombo das cartas de sesmarias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997. Coleção Documentos Históricos, vol. CXI.
- BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
- \_\_\_\_\_. *O Império marítimo português, 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 1992, 2ª ed.
- BRANDÃO, Ambrósio F. *Diálogos das grandezas do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- CARDOSO, Ciro. “Atlas histórico do Estado do Rio de Janeiro — Da colônia a meados do século XX”. Niterói, 1984 (mimeografado).
- CARDOSO, Ciro; ARAÚJO, Paulo H. *Rio de Janeiro*, Madri: Editorial Mapfre, 1992.
- COARACY, V. *O Rio de Janeiro no século dezessete*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- DISNEY, A. R. *A decadência do Império da Pimenta: comércio português na Índia no início do século XVII*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FLORY, Rae. “Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725”. Austin: University of Texas, 1978 (tese de doutorado).
- FONSECA, Carlos Eduardo Calaça Costa. “‘Cristãos Novos’ naturais do reino e moradores na cidade do Rio de Janeiro (1680-1710)”. São Paulo: USP, 1999 (dissertação de mestrado).
- FRANÇA, Jean Marcel C. (org.). *Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos, 1531-1800*. Rio de Janeiro: UERJ/José Olympio, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Outras visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos, 1582-1808*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- FROGER, François. *Relation du voyage de M. de Gennes ao detroit de Magellan*. Paris: Brunet, 1698.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986, 21ª ed.
- GALLOWAY, J. H. “Northeast Brazil, 1700-1750: the agricultural crisis reexamined”, *Journal of Historical Geography*, 1 (1), (US), 1975, pp. 21-38.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar, séculos XVI-XVIII*. Lisboa: Difel, 1990.
- IBGE. *Estatísticas Históricas do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, 2ª ed.
- KLEIN, Herbert. “Tráfico de escravos”. In: IBGE. *Estatísticas Históricas do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, 2ª ed., pp. 53-61.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 2000.

- MAGALHÃES, Joaquim Romero de. *O algarve econômico, 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- MAURO, Frédéric. “Portugal y Brasil: estructuras políticas y económicas del Imperio, 1580-1750”. In: BETHELL, Leslie. *Historia de América Latina 2 (América Latina colonial: Europa y América en los siglos XVI, XVII, XVIII)*. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 127-149.
- \_\_\_\_\_. *Portugal, o Brasil e o Atlântico, 1570-1670*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, 2v.
- MONTEIRO, John. *Negros da terra: índios e bandeirantes na origem de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986, 4ª ed.
- PALÁCIOS, Guillermo. *Cultivadores libres, Estado y crisis de la esclavitud en Brasil en la época de la revolución industrial*. México: FCE, 1998.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1992, 22ª ed.
- RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965, 2v.
- ROMANO, Ruggiero. *Coyunturas opuestas. La crisis del siglo XVII en Europa e Hispanoamérica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- RUCQUOI, Adeline. *História medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: UnB, 1981.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. “O mercado carioca de crédito: da acumulação senhorial à acumulação mercantil (1650-1750)”. In: *Revista Estudos Históricos*, nº 29, Rio de Janeiro: CPDoc/FGV, 2002, p. 29-49.
- \_\_\_\_\_. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- \_\_\_\_\_. “Brasil colonial: plantaciones y periferias, 1580-1750”. In: BETHELL, Leslie (ed.). *Historia de América Latina 3 (América Latina colonial: economia)*. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 191-259.
- SERRÃO, José Vicente. “O quadro humano”. In: HESPANHA, António M. (coord.). *História de Portugal. O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 43-63.
- \_\_\_\_\_. “O quadro econômico”. In: HESPANHA, António M. (coord.). *História de Portugal. O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 67-112.



- SERVAIS, Paul. "De la rente au crédit hypothécaire en période de transition industrielle: stratégies familiales en région liégeoise au XVIIIe siècle". In: *Annales: histoire, sciences sociales*, 49<sup>e</sup> année, n<sup>o</sup> 6, Paris: Armand Colin, 1994, p. 1.393-1.409.
- SILVA, Francisco Carlos T. da. "A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)". Niterói: UFF, 1990 (tese de doutorado).
- SMITH, David. "The mercantile class of Portugal and Brazil in the seventeenth century: a socioeconomic study of merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690". Austin: University of Texas, 1975 (tese de doutorado).
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império Asiático Português, 1500-1700*. Lisboa: Difel, 1995.
- VIEIRA FAZENDA, José. "Os provedores da Santa Casa da Misericórdia da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro." Rio de Janeiro: *Jornal do Commercio*, 1912.
- VILAR, Pierre. *Desenvolvimento econômico e análise histórica*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- XAVIER, Ângela B.; HESPANHA, António M. "As redes clientelares". In: HESPANHA, António M. *História de Portugal. O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 339-349.

### Abreviaturas

- AGCRJ — Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro  
 AHU-CA: Arquivo Histórico Ultramarino, Catálogo Castro e Almeida  
 AN-RJ — Arquivo Nacional, Rio de Janeiro  
 CPON — Cartório do Primeiro Ofício de Notas  
 CQON — Cartório do Quarto Ofício de Notas  
 f. — Folha — Livro

## CAPÍTULO 8 Cultura letrada no século do Barroco (1580-1720)

Diogo Ramada Curto\*

Em 1956, o grande historiador que foi Sérgio Buarque de Holanda chegou a anunciar a publicação de uma sua obra, projetada em três volumes, intitulada *A era do barroco no Brasil (Cultura e vida espiritual nos séculos XVII e XVIII)*. Apesar de tal projeto não se ter concretizado, Antonio Candido editou uma parte dos manuscritos que Sérgio chegara a preparar e teceu importantes considerações sobre essa obra inacabada. Eram quatro os principais pontos a que se poderia reduzir o barroco na sua versão brasileira colonial, pelo menos no que dizia respeito à sua expressão literária. Antes de mais nada, havia que contar com o impacto de "uma visão desencatada, nutrida de sentimento religioso", a qual se opunha ao ideal heroico e humano do Renascimento. Depois, seria de reparar na difusão do cultismo, centrado não só no uso do conceito e de um recurso a imagens preciosas, mas também numa série de encaixes simbólicas e alegóricas, em parte relacionadas com uma cultura representada pelos livros de emblemas. Em terceiro lugar, era de consi-

\*Professor da Universidade Nova de Lisboa.